

Apontamentos sobre a rede urbana do Ceará: níveis de centralidade, interações espaciais e dinâmica econômica

José Micaelson Lacerda Moraes (DE/URCA)

Fernando Cézar de Macedo (IE/Unicamp)

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar algumas considerações sobre a rede urbana do Ceará comparativamente a dinâmica econômica dos centros componentes da sua hierarquia. Parte-se do pressuposto de que o processo de urbanização reflete e condiciona ao mesmo tempo a estrutura e o processo de mudanças, contidos nas relações sociais e nas formas de produção, para conformação específica de uma totalidade social. Nessa perspectiva, a organização espacial representa uma forma de apreensão dessa totalidade e pode ser representada através da rede urbana. O padrão espacial das cidades, a complexidade funcional das mesmas e suas interações espaciais, articulam toda a sociedade em uma rede urbana que garante sua existência e reprodução. Mas, no contexto das novas formas de exploração da diversidade territorial resultantes da transformação do regime de acumulação capitalista em nível mundial, os centros de maior nível hierárquico do Ceará estão concentrando cada vez mais o PIB total e o PIB por atividades? Que papel tem desempenhado as cidades de menor nível hierárquico na dinâmica econômica do Ceará? Estes movimentos têm sido captados pelos estudos das Regiões de Influência do IBGE? São estas as questões que se pretende tratar neste artigo.

Palavras-chave: mundialização; rede urbana; dinâmica econômica.

Abstract: This study aims to present some considerations on the urban network of Ceara comparing the dynamic economic of the centers components of its hierarchy. It starts from the assumption that the process of urbanization reflects and affects the structure and process changes contained in the social relations and forms of production conform to a specific social totality. From this perspective, the spatial organization represents a form of understanding of this whole and can be represented by the urban network. The spatial form of cities, functional complexity and the degree of spatial interactions articulate the whole society into an urban network which guarantees its existence and reproduction. But in the context of new forms of exploiting territorial diversity resulting from the transformation of the capitalist regime of accumulation on a global level, the cities of higher hierarchical level of Ceará are concentrating increasingly the total GDP and GDP per activity? What role has played cities of lower hierarchical level in the economic dynamics of Ceará? These movements have been captured by studies of the “Regiões de Influência” of the IBGE? These are the questions to be treated in this article.

Key-words: globalization; urban network; economic dynamics.

ÁREA: Economia Agrária, Espaço e Meio ambiente

SUBÁREA: Economia, espaço e urbanização

Sessões Ordinárias

1 Introdução

A cada momento histórico a geografização do fenômeno da urbanização fornece elementos que tornam possível entender uma realidade em processo permanente de transformação: o espaço. Como sintetiza Corrêa (1991, p. 53) “[...] a organização espacial é a

própria sociedade espacializada”. E a sociedade, conforme Santos (2005, p. 59), “[...] se exprime através de processos que, por sua vez, desdobram-se através de funções, enquanto estas se realizam mediante formas”. Os elementos fornecidos pelo processo de organização espacial podem ser identificados a partir do padrão de distribuição das cidades, do tamanho destas e de suas funções representados na configuração de uma rede urbana no contexto da totalidade social da qual faz parte. A base própria da explicação desses processos é a produção, objetivada na divisão social do trabalho: “[...] É através da incidência num país da divisão internacional do trabalho e da consequente divisão interna do trabalho que as especificidades começam a repontar [...]” (SANTOS, 2005, p. 61).

Historicamente o processo de divisão social do trabalho estabelece novas geografias através da criação de uma segunda natureza, ou seja, atribui a uma paisagem a condição de espaço produtivo e torna diversamente produtivas as diferentes porções da natureza. Portanto, a divisão internacional do trabalho explica a seletividade espacial na realização das funções dos lugares e a divisão interna do trabalho revela o movimento da totalidade social, pela aparição de um novo elenco de funções e de alteração de funções já existentes, visualizadas como uma coleção de objetos geográficos (formas): “[...] As formas antigas permanecem como a herança das divisões do trabalho no passado e as formas novas surgem como exigência funcional da divisão do trabalho atual ou recente. Elas são também uma condição, e não das menores, de realização de uma nova divisão do trabalho.” (SANTOS, 2005, p. 62)

A totalidade espacial contemporânea apresenta-se como uma derivação da busca do capital pela mais-valia global representada na figura da grande corporação que subordina os estados nacionais aos seus objetivos. Nesse processo as formas geográficas são reestruturadas a partir da inserção do território na ordem mundial: “cada fase de acumulação e reprodução do capital tem assim um encontro diferenciado com o espaço e, por sua vez, com os elementos que o constituem, sejam materiais ou não [...]” (CAMARGO, 2009, p. 33)

A forma de atuação do Estado (de classes) também modifica a organização espacial. Na medida em que pelo seu conjunto de aparatos age seletivamente nos setores de produção, consumo e distribuição; em que estabelece relações com os diversos atores da economia; que cria infraestruturas. Enfim, pela criação, definição e localização de atividades e instituições. O Estado, portanto, tem o poder de redistribuir funções e alterar o conteúdo dos lugares modificando-lhe as formas a partir de um processo (cego), mas de acordo com o interesse geral da classe dominante.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista, no qual o capital penetra na esfera de produção, faz emergir, articula e integra crescente e diversificadamente uma rede

hierarquizada e integrada de centros - locais, nacionais e mundiais - de distribuição de bens e serviços. A reprodução da vida cotidiana, como destaca Harvey (2005), depende das mercadorias que são mediadas pelo sistema de circulação do capital e a própria reprodução do capitalismo está fundamentada na vitalidade dessa circulação, sustentada pela criação e desenvolvimento de infraestruturas físicas e sociais. Sob sua égide a distribuição, ao lado da produção e do consumo, passa a desempenhar um papel central na organização espacial da sociedade. A atividade de distribuição tem como *locus* as cidades, integradas através do comércio atacadista, varejista e dos serviços, e está fundamentada, conforme explica Corrêa (2010, p. 18), “[...] na divisão social e territorial do trabalho, na existência de uma massa predominantemente assalariada, e na articulação entre diferentes áreas produtoras [...]” que atualmente são cada vez mais mundializadas e articuladas. Em relação às infraestruturas físicas e sociais, Harvey (2005, p. 130) destaca:

[...] Não significa que interpreto todos esses fenômenos como rigorosamente funcionais em relação à circulação do capital. Porém, os sistemas legal, financeiro, educacional e da administração pública, além dos sistemas ambientais não-naturais, urbanos e de transportes, precisarão ser desenvolvidos para sustentar a circulação do capital se for para reproduzir a vida cotidiana efetivamente. (HARVEY, 2005, p. 130)

Para Corrêa (2010) é importante repensar a teoria das localidades centrais. Pois, esta ao representar uma faceta da totalidade social expressa na organização espacial da distribuição de bens e serviços, que realiza a articulação entre produção propriamente dita e consumo final, pode contribuir para enriquecer o entendimento das diferentes formas de espacialização da sociedade. As localidades centrais representam como explica, ainda, Corrêa (2010, p. 17), “[...] uma rede hierarquizada e integrada nacionalmente de centros de distribuição varejista e de serviços [...]”, que se constitui em uma estrutura territorial necessária ao processo de acumulação capitalista e a reprodução das classes sociais e do próprio modo de produção capitalista. É preciso, no entanto, incorporar às localidades centrais as interações espaciais que surgem dos circuitos mundializados de acumulação articulados em verdadeiras cadeias globais de valor. Trata-se, portanto, de uma rede integrada não apenas nacional, mas também internacionalmente.

As redes de localidades centrais são caracterizadas, nas suas formulações iniciais, por arranjos estruturais e espaciais reveladores do avanço do capitalismo sobre o espaço, referentes ao desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e da estruturação de classes sociais, refletidas nas densidades de população, renda e nos padrões

culturais de uma dada região ou país. Os resultados em termos espaciais do desenvolvimento desigual, diferenciado e seletivo da produção suscitam também o aparecimento de atividades de controle e apoio ao funcionamento da economia.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivo discutir a rede urbana a partir dos estudos das Regiões de Influência do IBGE (REGIC's) para analisar se os seus resultados referentes à manutenção dos centros de maior polarização (capitais regionais tradicionais) e a crescente polarização de Fortaleza são compatíveis com a dinâmica econômica do estado nesse contexto de novas formas de exploração da diversidade territorial resultantes da transformação do regime de acumulação capitalista em nível mundial. Para tanto, está dividido em quatro partes, além desta introdução, da conclusão e das referências. A segunda contextualiza a organização espacial a partir da categoria de análise Formação Econômica, Social e Espacial. A terceira trata da rede urbana a partir da sua estrutura, processo e função e dos estudos sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC's), realizados pelo IBGE. Por fim, na quarta parte são realizadas algumas considerações sobre a rede urbana do Ceará, relacionadas aos níveis de centralidade, interações espaciais e dinâmica econômica.

2 Formação Econômica, Social e Espacial, organização espacial e rede urbana

O processo de urbanização reflete e condiciona ao mesmo tempo a estrutura e o processo de mudanças, contidos nas relações sociais e de produção, que espacializam a forma específica de existência de uma totalidade social. Esta, entendida como uma combinação das instâncias econômicas, jurídico, política, cultural e ideológica que se entrecruzam e complementam-se assumindo formas de organização espacial que representam uma perspectiva de apreensão da totalidade social; por conter e estar contida nas instâncias acima referidas.

Por seu turno, a organização espacial pode ser apreendida através da rede urbana que representa o meio através do qual são realizados os processos de produção, circulação e consumo, no bojo da constituição de um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si e subordinados à complexificação, especialização e extensão da divisão territorial do trabalho, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Uma rede urbana pressupõe ordenação hierárquica significativa na estrutura social que está associada à necessidade de criar, mobilizar e concentrar o excedente social, de modo que a emergência do urbanismo e a apropriação de um produto social excedente apresentam-se estreitamente relacionados ao longo da história. Dessa forma, o papel que a cidade, como campo gerador de demanda efetiva por produto excedente produzido, desempenha no processo de urbanismo

depende das possibilidades sociais, econômicas, tecnológicas e institucionais que governam a quantidade excedente nela concentrada, conforme destacou Harvey (1982). Ademais,

“Toda região possui um centro que a estrutura e a manifestação mais concreta dos níveis de integração territorial em uma determinada região é a consolidação de sua rede urbana [...] o próprio estágio de desenvolvimento da rede urbana revela os níveis de integração produtiva e financeira de uma região.” (EGLER, 1995, p. 9)

Para chegar a essa determinação específica (organização espacial e rede urbana), o conceito de Formação Econômica, Social e Espacial é de fundamental importância, pois, conforme Santos (2005, p. 25), ele permite “[...] o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre como um conhecimento específico, percebido num dado momento de sua evolução [...]”. Nessa perspectiva, o espaço humano passa a ser apreendido como um fato histórico, pois as dinâmicas sociais que criam e transformam as formas no processo de evolução diferencial das sociedades são histórica e espacialmente determinadas num movimento conjunto: “[...] os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (SANTOS, 2005 p. 29). Por seu turno, a estrutura técnico-produtiva correspondente às diversas formas de relações de produção existentes é expressa geograficamente e não pode ser concebida sem referência à noção de espaço. E a integração desse espaço, como destaca Smith (1988), pode ser entendida como expressão da universalização do valor. Nesse sentido,

[...] O espaço é, pois, sempre conjuntura histórica e forma social que recebe seu sentido dos processos sociais que se expressam através dele. O espaço é suscetível de produzir, em contrapartida efeitos específicos sobre os outros domínios da conjuntura social, pela forma particular de articulação das instâncias estruturais que se constituem. (CASTELS, 2009)

O espaço impõe a cada coisa um conjunto particular de relações e o processo de criação do espaço e do modo de produção são inseparáveis no quadro de evolução de seus momentos específicos. De forma geral, o conceito de Formação Econômico, Social e Espacial permite “[...] que se considerem processos, funções e formas em suas concretizações espaço-temporais diferenciadas mas, ao mesmo tempo, particularmente sob o capitalismo, integradas [...]” (CORRÊA, 2000, 123). O conjunto particular de relações representa uma combinação de recursos totais (homens, capital, infraestruturas, instituições, ecologias), cristalizadas em estruturas espaciais que se fazem presentes em lugares historicamente determinados definindo para cada lugar uma forma específica e espacialmente diferenciada. Para Santos (2005, p.44),

A estrutura espacial seria exatamente isso: a combinação localizada de uma estrutura demográfica específica, de uma estrutura de classes específica, de uma estrutura de receita específica, de uma estrutura de consumo específica etc.; e de uma organização também específica das técnicas que estão na base das relações entre as estruturas específicas e os recursos. [...]

As formas espaciais (totalidade de estruturas e subestruturas) dos modos de produção têm como resultado as diferenças entre lugares, ou seja, a característica da determinação geográfica do modo de produção é a seletividade, que a partir da inércia dinâmica, em que a forma é tanto resultado como condição do processo, reforça a especificidade dos lugares. Sob o capitalismo, explica Smith (1988, p. 182), “[...] a acumulação de capital não é somente a acumulação do proletariado, como disse Marx, mas a acumulação do proletariado em certos lugares de produção.” Todavia, a distribuição seletiva de variáveis e as mudanças de situação relativa de cada espaço ou subespaço não se explicam por sua própria história. É preciso considerar que:

[...] Às defasagens da evolução das variáveis particulares opõe-se a simultaneidade de seu funcionamento no interior de um movimento global, que é o da sociedade. Daí a unidade dos processos sincrônicos e diacrônicos [...] Esta unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico da formação social (Sereni, 1974) é largamente evidenciada na formação espacial. A defasagem com a qual os modos de produção impõem seus diferentes vetores sobre os diversos segmentos de espaço é responsável pelas diferentes idades dos múltiplos elementos ou variáveis do espaço em questão [...] a assincronia está na base da evolução espacial, mas o fato de variáveis atuarem sincronicamente, isto é, em ordem combinada no interior de uma verdadeira organização, assegura a continuidade do espaço [...] a unidade da continuidade e da descontinuidade do processo histórico não pode ser realizada senão no espaço e pelo espaço [...]. (SANTOS, 2005, p 31-32)

De forma geral, para análise da evolução de uma Formação Econômico, Social e Espacial deve-se considerar o todo da sua estrutura interna e das forças externas, fontes de seu impulso. Em termos espaciais, Smith (1988, p, 131), coloca esta questão da seguinte forma: “[...] a acumulação pela acumulação e a necessidade inerente de expansão econômica conduzem à expansão espacial assim como à expansão social do domínio do trabalho assalariado”. A evolução interna da estrutura, como afirma Santos (2005), depende fundamentalmente das suas subestruturas. Uma ou algumas dessas subestruturas assumem um comportamento de liderança sobre a estrutura considerada em conjunto e passam a funcionar como o núcleo motor responsável pela evolução da totalidade, de forma que mudanças verificadas numa porção do espaço repercutem nas outras porções do todo, modificando-o. Portanto, a cada momento, as formas-conteúdo (formas geográficas que contêm frações do social) estão sempre mudando de significação através do “feixe” de forças sociais que lhe

atribui diferentes frações no todo. Por sua vez, “[...] cada lugar, ademais, tem, a cada momento, um papel próprio no processo produtivo. Este, como se sabe, é formado de produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo” (SANTOS, 2008, p. 13)

3 Rede urbana: estrutura, processo e função

Para Egler (2001) a cidade em si pode ser considerada como um sistema. Esta desempenha um papel essencial na estruturação e organização do espaço geográfico através dos laços de interdependência que mantêm e reforçam entre si e com o sistema no qual estão inseridas. Portanto, a cidade é um sistema dentro de outro sistema que é representado por uma rede de cidades. Nessa perspectiva, o padrão espacial das cidades, a complexidade funcional das mesmas e o grau de articulação interna e externa, no contexto da desigual espaço-temporalidade dos processos sociais, articulam toda a sociedade em uma rede urbana que garante sua existência e reprodução. Através de interações sociais espacializadas em caminhos ou ligações constituídas de diversos fluxos entre diferentes núcleos de povoamento torna-se possível verificar a existência de diversos tipos de redes urbanas. Conforme explica Corrêa (2010, p. 94), três condições mínimas devem ser satisfeitas para constituição de uma rede urbana:

[...] Primeiramente, trata-se de uma sociedade vivendo em economia de mercado, com transações comerciais envolvendo bens produzidos localmente e bens produzidos externamente. Isto supõe uma mínima divisão territorial do trabalho. Em segundo lugar deve haver pontos fixos no espaço onde, de modo permanente ou temporário, as transações são realizadas. Esses pontos fixos, por outro lado, tendem a apresentar outras atividades que garantem a possibilidade das transações serem realizadas. Em terceiro lugar deve haver um mínimo de interações entre esses pontos fixos, interações que refletem e ratificam uma diferenciação hierárquica e/ou em termos de especialização produtiva entre eles.

Partindo da definição de rede urbana com um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, Corrêa (2006, p. 21), explica como o tema tem sido abordado a partir de diferentes vias compartilhadas por geógrafos e outros cientistas sociais: “[...] diferenciação das cidades em termos de funções, dimensões básicas da variação, relações entre tamanho demográfico e desenvolvimento, hierarquia urbana e relações entre cidade e região [...]”. Todavia, os estudos mais tradicionais e numerosos são dedicados à hierarquia urbana, em especial, derivados da teoria das localidades centrais¹.

¹ “[...] Originários do questionamento a respeito do número, tamanho e distribuição das cidades, portanto procurando compreender a natureza da rede, têm na teoria das localidades centrais, formulada, em 1933, por Christaller, a sua mais fértil base teórica [...]” (CORRÊA, 2006, p. 21)

A teoria das localidades centrais parte da proposição de que existem elementos reguladores sobre o número, tamanho e distribuição das cidades. Todo núcleo de povoamento está equipado em maior ou menor grau de funções centrais relativas à distribuição de bens e serviços para a população, as quais determinam seu nível de centralidade pela importância desses bens e serviços oferecidos (alcance espacial máximo e mínimo). Santos (2008, p. 14) observa que “[...] a tendência à urbanização em nossos dias, e, mesmo o seu perfil, vão buscar explicação na importância auferida pelo consumo, pela distribuição e pela circulação”. Quanto maior o número de funções maior a centralidade e a sua área de influência, identificadas a partir da proposição de alcance espacial máximo e alcance espacial mínimo.

Alcance espacial máximo diz respeito a uma área determinada por um raio, a partir da localidade central, para a qual a população se dirige na procura de bens e serviços (região complementar de uma dada localidade central). Alcance espacial mínimo refere-se a área de entorno de uma localidade central que dispõe de um mínimo necessário de consumidores para desenvolver uma função central. Nesse sentido, o alcance é definido pela frequência de consumo. Bens e serviços de menor frequência de consumo exibem um maior alcance espacial mínimo tendo em vista o maior número de consumidores para proporcionar viabilidade econômica. A proposição de alcances espaciais estabelece uma diferenciação entre as localidades centrais. Para os bens de menor frequência existiria um número menor de localidades centrais, exigida pela necessidade de um maior alcance espacial máximo. Dessa perspectiva, “[...] quanto mais baixo for o nível hierárquico da localidade, menor será a sua oferta de funções centrais. Na base da hierarquia, o centro local somente oferece bens e serviços de consumo muito frequente que [...] possuem menores alcances espaciais máximo e mínimo” (REGIÕES..., 2000, p. 18). Na hierarquia dos centros urbanos, o de nível hierárquico mais elevado possui uma maior área de influência, ou seja, de forma sistemática, os patamares mais baixos são englobados pelos imediatamente superiores. Evidentemente que quanto mais alta a hierarquia do centro maior a oferta de funções urbanas.

Corrêa (2006), entretanto, adverte que apesar de sua importância as vias referidas são incapazes de revelar a natureza e o significado da rede urbana². Para tanto, sem esgotar a questão, sugere que como ponto de partida para os estudos da rede urbana a divisão territorial do trabalho no contexto de uma periodização específica. Esta partindo das relações entre a

² “Uma das críticas à teoria das localidades centrais em sua formulação clássica refere-se ao fato de que, nos países subdesenvolvidos, existem dois circuitos da economia urbana, os circuitos superior e inferior. Estes circuitos diferenciam-se entre si no que se refere à tecnologia empregada, organização da firma, volume de capital e pessoal ocupado, relações de trabalho, estoques e fixação de preços, utilização de crédito, custos e margem de lucro, relações com a clientela e com o Estado, utilização de publicidade e reutilização de materiais usados [...]”. (REGIÕES..., 1987, p. 14)

rede urbana e os ciclos de exploração, passando pelo tratamento da rede urbana e sua forma espacial, até o caráter mutável da rede urbana.

A classificação funcional das cidades - cidades industriais, político-administrativas, portuárias etc - constitui-se em um meio para descrever e compreender a divisão territorial do trabalho. Mas, não deve ser considerada como um fim em si mesmo, pois “[...] a rede urbana é simultaneamente um reflexo *da* e uma condição *para* a divisão territorial do trabalho [...]”³. Reflexo em função das vantagens locacionais diferenciadas espacialmente e condição na medida e alcance da articulação atingida pelas cidades em termos de suas funções, em termos de produção, circulação e consumo.

[...] Mas é efetivamente devido à ação de centros de acumulação de capitais, às grandes metrópoles, cabeças de redes urbanas de extensão mundial ou nacional, que a divisão territorial do trabalho aparece condicionada pela rede urbana. Através dela, decisões, investimentos e inovações circulam descendentemente, criando e transformando, constantemente e desigualmente, - de acordo com uma dinâmica interna ao capitalismo -, atividades e cidades. (CORRÊA, 2006, p. 27)

A rede urbana pode ser condicionada também por um impulso externo. Nesse caso, um conjunto de cidades pode assumir um papel de intermediação diferenciada gerada nos países centrais. Portanto, ao se tratar das relações entre rede urbana e divisão territorial do trabalho há que se considerar a efetividade da rede urbana para a divisão social do trabalho e a efetividade das decisões externas à rede para o tipo e extensão dessa divisão.

Além de descrever a divisão territorial do trabalho a classificação funcional das cidades deve indicar os papéis que estas desempenham na rede urbana relacionados aos processos de criação, apropriação e circulação do valor excedente. A possibilidade de obtenção de excedentes sociais novos e ampliados em centros territorialmente diferenciados é ao mesmo tempo condição e condicionante da existência dos ciclos de exploração, considerando-se a rede urbana e a forma espacial.

O conhecimento da forma espacial da rede urbana não pode prescindir das articulações entre a estrutura, processo e função das cidades. A rede urbana pode assumir formas espaciais simples, na qual a melhor expressão é a rede dendrítica, e complexas, com múltiplas possibilidades. A primeira caracteriza-se pela presença de uma cidade primaz e resulta da criação e manutenção de um simples e monotônico processo de criação de atividades, cujos principais produtos são destinados aos mercados externos, com alcance pouco diversificado na divisão territorial do trabalho, como se verificou, por exemplo, no Brasil pré-industrial. .

³ Corrêa (2006, p. 26).

Por seu turno, as redes urbanas com formas complexas são caracterizadas por diversos padrões locais de centros urbanos na hinterlândia de uma cidade regional importante, mais comuns a partir de um certo grau de industrialização.

Estes padrões locais diversos são o resultado de um longo e diversificado processo de criação e recriação de atividades produtivas que levou ao aparecimento, em numerosos pontos do território, de centros urbanos que realizam diferentes papéis em um multivariado processo de criação, apropriação e circulação do valor excedente: este território participa de modo variado na divisão territorial do trabalho, apresentando rede urbana caracterizada por uma complexa tipologia de centros urbanos, cada tipo dispondo de padrão locacional próprio. Assim, a complexidade da forma espacial e sua complexidade funcional são correlatas.” (CORRÊA, 2006, p. 38)

Em resumo, “[...] o espaço está sujeito a fluxos de diferentes níveis, intensidades e sentidos, permitindo-se afirmar que o mesmo é coberto e (trans)formado por redes desiguais e simultâneas [...]” (REGIÕES..., 2000, p. 13). Entretanto, vale destacar, como informa Harvey (2005, p. 171), “[...] que o poder de organizar o espaço se origina em um conjunto complexo⁴ de forças mobilizado por diversos agentes sociais”.

3.1 As Regiões de Influência das Cidades

De forma geral os estudos sobre Redes de Influência das Cidades (REGIC's) constituem um tratamento das redes de relações espaciais, das hierarquias dos centros urbanos e das suas respectivas áreas de influência. Estes partem da proposição de que:

[...] as redes são instrumentos viabilizadores da circulação e da comunicação e estas, por seu turno, são de fundamental destaque na organização do espaço. A organização espacial é revelada, por um lado, pelos elementos fixos – cidades, casas, fazendas, portos, indústrias, etc. – fruto do trabalho social dos homens. Por outro lado, o entendimento daquela organização é complementado pelos fluxos que estabelecem interações entre os mencionados fixos, originando as redes. (REGIÕES..., 2000, p. 13)

O IBGE realizou quatro estudos sobre as regiões de influência das cidades, publicados respectivamente nos anos 1972, 1987, 2000 e 2008. As bases de dados desses estudos são referentes, respectivamente, aos anos de 1966, 1978, 1993, e 2007⁵. Estas pesquisas guardam em comum a forma de operacionalização: “[...] todas foram operacionalizadas com base na

⁴ Este conjunto complexo diz respeito ao processo de urbanização considerada como “[...] um processo social espacialmente fundamentado, no qual um amplo leque de atores, com objetivos e compromissos diversos, interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas” (HARVEY, 2005, p. 169-170).

⁵ Para fins de análise da rede urbana do Ceará serão referenciados os anos das bases de dados dos REGIC's, ao invés dos anos de suas publicações.

definição de um rol de bens e serviços que, medidos o volume e a origem da procura, traduziram a diferenciação entre as localidades centrais e ofereceram condições para que fosse estabelecida a escala hierárquica dos centros” (INSTITUTO..., 2009, p. 5).

Nos primeiros estudos de centralidade e hierarquia da rede urbana brasileira, integrantes da elaboração da nova Divisão Regional do Brasil, foi utilizada a metodologia adotada para análise da rede urbana francesa que tinha como objetivo:

“[...] identificar os centros polarizadores da rede urbana, a dimensão da área de influência desses centros e os fluxos que se estabeleciam nessas áreas, a partir da análise da distribuição de bens (produtos industriais) e de serviços (serviços ligados ao capital; de administração e direção; de educação; de saúde; de divulgação) de forma complementar” (REGIÕES..., 2008, p. 129).

As pesquisas divulgadas em 1978 e 1993 adotaram como base conceitual a teoria das localidades centrais. O estudo de 2008 focou o papel das redes para viabilizar a circulação e a comunicação que, a partir de diferentes níveis, intensidades e sentidos dos fluxos, foram entendidos como fundamentais para a organização do espaço. Nesse estudo privilegiou-se a função de gestão do território, que representa uma cidade onde se localizam tanto diversos órgãos do Estado quanto sedes de empresas, com capacidade de definir interações espaciais pela sua capacidade de propagar decisões e destinar investimentos. Entendendo-se que as decisões desses agentes afetam direta ou indiretamente um dado espaço. Portanto, a função gestão do território apresenta-se como definidora das hierarquias urbanas.

Em termos da formação e evolução da rede urbana brasileira os REGIC's referendam que a rede urbana brasileira incorpora os efeitos de um longo e territorialmente diversificado processo histórico bem como novos determinantes de dinâmica das estruturas territoriais. Essas rugosidades espaciais representam a conexão material do presente com o antecedente por meio de heranças físico-territoriais, heranças socioterritoriais ou sociogeográficas.

Particularmente relevante para o caso dos países que tiveram uma história colonial, como se exemplifica com o caso do Brasil, é a existência de uma localização litorânea dos centros de mais alta hierarquia, vinculada ao papel que estes centros tiveram no processo de conquista, povoamento, exportação/importação e poder político, e à manutenção e ampliação do controle econômico e político, sobre as áreas que comandavam [...]. (REGIÕES..., 1987, p. 13)

No que se refere à evolução da rede urbana interessa destacar o papel do Estado e do mercado captadas nos REGIC's de 1978 e 1993:

De um lado, o estudo de 1978 refere-se, em várias Unidades da Federação, a ‘um papel relevante [do] Estado como promotor da ascensão hierárquica da capital’ (REGIÕES..., 1987, p. 22); de outro, análises empreendidas no âmbito do estudo de 1993 apontam a relativa dissociação que se estabelece entre a hierarquia dos bens e serviços oferecidos e a hierarquia urbana, refletindo as transformações socioeconômicas e espaciais que fazem com que funções de alto nível passem a ser encontradas em centros de hierarquia mais baixa. (REGIÕES..., 2008, p. 131)

A pesquisa de 2007 teve por objetivo apontar as permanências e as modificações registradas na rede urbana brasileira no início do século XXI⁶. A atualização do estudo é indicada pelos seguintes fatores na dinâmica territorial brasileira:

[...] introdução de novas tecnologias e alterações nas redes técnicas, o aprofundamento da globalização da economia brasileira e o avanço da fronteira de ocupação imprimiram modificações marcantes no território [...] o avanço da divisão técnica e territorial do trabalho e as transformações decorrentes das novas formas de comunicação [que] ampliaram a organização em redes - de produção e distribuição, de prestação de serviços, de gestão política e econômica” (REGIÕES..., 2008, p. 9)

De forma geral, os resultados do REGIC 2007, revelam o confronto de áreas que contam com uma rede urbana estruturada e áreas de redes urbanas truncadas, onde há ausência de alguns níveis hierárquicos intermediários. A seguinte citação resume alguns desses resultados:

O Centro-Sul do País é um exemplo do primeiro caso, pois conta com um significativo número de metrópoles, capitais regionais e centros sub-regionais, com grande articulação entre si. As Regiões Norte e Nordeste, por sua vez, ilustram o segundo caso, já que apresentam distribuições truncadas em que faltam níveis hierárquicos, apresentando um sistema primaz. Este ocorre tanto em áreas da Amazônia e do Centro-Oeste, onde há esparsa ocupação do território, quanto do Nordeste, apesar de sua ocupação consolidada e, em muitas áreas, densa. Nesta região, as capitais tradicionalmente concentram a oferta de equipamentos e serviços e são poucas as opções de centros de nível intermediário, ainda que deva ser notado que estes, apesar de poucos, são tradicionais, e exercem forte polarização em suas áreas, a exemplo de Campina Grande, Petrolina-Juazeiro, Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha e Mossoró. (REGIÕES..., 2008, p. 13)

3.2 Nota metodológica

Embora sejam importantes as diferenças de metodologia entre os REGIC’s, acredita-se que seus resultados sejam muito mais função de mudanças nos processos de produção, circulação e consumo, decorrentes da complexificação, especialização e extensão da divisão territorial do trabalho. Justifica-se tal assertiva por dois motivos. Primeiro, o fato de existir um elevado grau de correlação entre os conjuntos de atividades considerados para captar a centralidade de uma localidade, apesar das diferenças de bases de dados pela evolução

⁶ Para uma visão geral da configuração e dinâmica da rede urbana até os anos 2000, ver Egler (2001).

quantitativa e qualitativa das mesmas. Segundo, as interações espaciais são captadas por uma metodologia comum em todos os estudos que consiste na aplicação de questionários para investigação dos fluxos de consumidores na busca de bens e serviços. A intensidade de relacionamento é indicada pela frequência de menções a um determinado centro, ou seja, os caminhos preferenciais das pessoas de um município na busca de bens e serviços específicos.

Em relação ao grau de correlação do conjunto de bens e serviços, nos REGIC's de 1978 e 1993, foram pesquisados 46 bens e serviços, representativos das funções centrais a partir dos quais foram derivados os níveis hierárquicos dos centros (REGIÕES..., 2008). No REGIC de 1993, este conjunto de bens e serviços foi subdividido em três grupos: funções de baixa complexidade, frequentes em cidades de menor centralidade; funções de média a elevada complexidade, típicas de cidades de mais alta hierarquia e centralidade. Foram acrescentadas, ainda, duas funções ligadas à procura de serviços de informação, mas que não integraram o conjunto das funções que definiu o nível hierárquico das cidades. Já no REGIC de 2007, as funções centrais foram definidas a partir da localização dos diversos órgãos do Estado e/ou das sedes de empresas. Apesar da crescente sofisticação da metodologia e de uma maior e melhor base de dados, a preocupação básica sempre foi diferenciar as cidades na hierarquia urbana a partir da oferta de bens e serviços, ainda que com nomenclaturas diferentes para captar essa diferenciação com maior precisão.

Apesar das especificidades e diferenças de metodologia é possível estabelecer algum grau de comparação entre os REGIC's, a exemplo do estudo realizado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) para a rede do Paraná e Região Sul. Em termos comparativos, as maiores dificuldades estão nos níveis mais baixos de centralidade, devido às mudanças de definição. No REGIC de 1978, o nível mais baixo de hierarquia urbana foi classificado como o de centro de zona, que corresponde a “[...] uma localidade central cuja área de influencia se estende, pelo menos, a um outro município que não aquele do qual a localidade central é a sede municipal” (REGIÕES..., 1987, p. 21). No REGIC de 1993, “[...] todos os centros não incluídos na pesquisa, por não preencherem os pré-requisitos estabelecidos para a centralidade mínima, foram classificados como de nível de centralidade Muito fraco (Municípios Subordinados)” (REGIÕES..., 2000, p. 25). Já no REGIC de 2007, o nível mais baixo é o centro local: “[...] cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes [...]”. O que não tem implicações importantes sobre os resultados justamente por estarem no nível mais inferior da hierarquia urbana.

Grosso modo, considerando as cidades e sua posição na hierarquia urbana pode-se estabelecer algum grau de correspondência entre centro de zona (1987), médio para fraco e fraco (1993) e centros de zona A e B (2007). Entre centro subregional (1978), forte para médio e médio (1993) e centro subregional A e B (2007). E entre capital regional (1978), muito forte (1993), e capital regional B (2007). O que sugere que a mudança de posição das cidades na hierarquia urbana, observada no quadro 1, corresponda mais a dinâmica dessas, refletida nas suas funções e interações espaciais, do que nas diferenças de metodologia, como mostra a análise a seguir.

QUADRO 1: CORRESPONDÊNCIA ENTRE CATEGORIAS DE CENTROS DO REGIC*

1978	Cidades	1993	Cidades	2008	Cidades
Metrópole regional	Fortaleza	Máximo (metropolitano)	Fortaleza	Metrópole	Fortaleza
Centro submetropolitano		Muito forte		Capital regional A	
Capital regional	Sobral, Iguatu, Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha			Capital regional B	
		Forte (predominantemente submetropolitano)	Juazeiro do Norte, Sobral	Capital regional C	Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha, Sobral
Centro subregional	Crateús	Forte para médio (predominantemente centro sub-regional)	Crato, Iguatu	Centro subregional A	Crateús, Iguatu, Quixadá
		Médio (tendendo a centro sub-regional)	Crateús, Limoeiro do Norte, Quixadá, Barbalha	Centro Subregional B	Itapipoca
Centro de zona	<u>Itapipoca, Itapagé, Canindé, Baturité, Cascavél, Quixeramobim, Quixadá, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Russas, Aracati, Mombaça, Senador Pompeu, Tauá, Acopiara, Massapê, Acaraú, Camocim, Ubajara, São Benedito, Ipu, Santa Quitéria, Nova Russas, Icó, Várzea Alegre, Acopiara, Brejo Santo, Campos Sales, Lavras da Mangabeira</u>	Médio para fraco (predominantemente de centro de zona - ou centro local)	<u>Itapipoca, Russas, Tauá, Baturité, Brejo Santo, Jaguaribe, Tianguá, Ubajara</u>	Centro de zona A	<u>Acaraú, Aracati, Canindé, Limoeiro do Norte, Russas, Icó</u>
		Fraco (tendendo a centro de zona - ou centro local)	<u>Maracanaú, Maranguape, Pacajús, Russas, Canindé, Quixeramobim, Senador Pompeu, Campos Sales, Icó, Camocim, Santa Quitéria</u>	Centro de zona B	<u>Iracema, Itapagé, Jaguaribe, Tauá, Cruz, Senador Pompeu, Brejo Santo, Camocim, Guaraciaba do Norte, Ipu, São Benedito</u>

Fonte: Regiões de Influência das Cidades, IBGE, 1987, 2000, 2008.

* Adaptado de INSTITUTO... (2009, p, 11).

4 Apontamentos sobre a rede urbana cearense⁷

Entre as últimas duas décadas do século XX⁸ e a primeira deste, uma conjuntura política e econômica favorável ao Ceará (estabilidade econômica, retomada do crescimento econômico da economia brasileira e política de atração de investimentos estadual⁹), multiplicou a centralidade e as interações espaciais da rede urbana de influência de Fortaleza. Inserido na nova ordem estabelecida pelo grande capital, a modernização da economia cearense ocorre através de três vetores principais: turismo¹⁰; agronegócio; e política de atração de investimentos.

Tornando-se atrativo ao capital extra-regional e internacional, posto que sustentados pelos instrumentos de atração de investimentos criados/adaptados, alguns centros regionais interioranos conseguem se diferenciar como pólos mesorregionais e não obstante a inexistência de boa dotação infraestrutural, a abrangência destes centros pelos incentivos contribuiu para a instalação de inúmeras empresas, sem, contudo, reverter a concentração metropolitana. Cidades como Sobral e Tianguá no norte do estado, a conurbação formada por Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha no sul, Iguatú no Centro-Sul, Quixadá no Sertão Central, e as localizadas na periferia imediata à RMF, receberam empresas dos setores de calçados, têxtil e alimentos, provenientes principalmente de estados da Região Sul do país. Limoeiro, na região do Jaguaribe, apresenta mudanças decorrentes do avanço de sua fruticultura irrigada, mais tecnificada e internacionalizada, fazendo-lhe emergir uma maior diferenciação terciária. (MACEDO, LIMA JÚNIOR, MORAIS, 2011, p. 10)

⁷ “As origens do padrão que caracteriza a rede urbana cearense, marcado pela primazia de sua capital [...] remonta ao assentamento das bases de suporte à circulação do excedente gerado pelo complexo pecuário-algodoeiro. Entretanto, é a partir do avanço da atividade industrial que o intenso crescimento de Fortaleza e, posteriormente, de sua Região Metropolitana irá delinear os aspectos macrocefálicos que persistem até os dias de hoje” (MACEDO, LIMA JÚNIOR, MORAIS, 2011, p. 4). Para aprofundar a discussão sobre a origem e evolução da rede urbana do Ceará, ver também os trabalhos de Neto (2009) e Dantas (2006). Para uma descrição da reestruturação espacial do território cearense, ver Araújo (2010).

⁸ Conforme Moraes (2006), até o ano de 1986, a organicidade do sistema político estadual não derivava da existência de instituições formais, como partidos ou diretórios, mas do funcionamento dos “grupos políticos” articulados em torno da autoridade e prestígio de um “chefe” (os coronéis). A partir de meados da década de 1980 do século passado, o governo do estado do Ceará passou por rápidas, profundas, e mais importante, contínuas transformações institucionais nos âmbitos administrativo, patrimonial e financeiro decorrentes de uma transformação política, que possibilitou a ascensão de uma nova classe dirigente composta por um grupo de empresários com raízes e interesses radicados no Ceará. Na década de 1990 do século passado, o Ceará destaca-se como paradigma do projeto de “modernização” do Estado capitalista em curso no País e implanta uma forte política de atração de investimentos, via principalmente incentivos fiscais. Para aprofundar a discussão sobre a “singularidade cearense”, ver entre outros Abut-El-Hay (1997; 2002), Demétrio, Farias e Bruno (2002), Bonfim (1999; 2002), Farias (1997; 2002); Gondim (1997; 2000); Pires Souza (2005); Pontes (2003); Rocha (2004).

⁹ Harvey (2005, p. 175), afirma que “[...] dificilmente, na atualidade, desenvolvimento algum em larga escala acontece sem que o governo local (ou a coalizão mais ampla de forças que constitui a governança local) ofereça, como estímulo, um pacote substancial de ajuda e assistência [...]”.

¹⁰ As repercussões territoriais do turismo na reconfiguração territorial do estado se fazem sentir basicamente no litoral contribuindo para aumentar a força da centralidade de Fortaleza. A política de atração de investimentos conseguiu levar alguns investimentos para o interior do estado, a partir de uma preocupação com a desconcentração da atividade produtiva. O agronegócio também contribui para a interiorização da atividade econômica no estado. Conforme Araújo (2010, p. 159): “[...] os vales úmidos (vales do Jaguaribe e do Acaraú) passam a ser a vitrina do desenvolvimento da fruticultura irrigada, como também as áreas serranas (Baturité e Meruoca) para o cultivo de flores para exportação. Mais recentemente, no final dos anos noventa, a carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) nas áreas de mangues e na extensão da planície aluvial do baixo curso do rio Jaguaribe e rio Aracaú, passa a ser a mais nova estratégia de uma artificialização do espaço agrário cearense, onde ciência, tecnologia e informação compõe a estrutura central da lógica produtiva.”

Conforme REGIC (2007), a rede urbana de influência de Fortaleza é a terceira maior em população do País (11,2% em 2007), abrange partes dos estados do Ceará, Piauí e Maranhão e compartilha a área do Rio Grande do Norte com Recife. A importância da rede urbana de Fortaleza pode ser constatada na tabela 1. Em termos de dimensão das redes de primeiro nível (12 metrópoles nacionais), a rede de Fortaleza concentra o 2º maior número de cidades, ficando somente atrás de São Paulo, o 3º maior número de centros de zona, o 4º maior número de centros sub-regionais e o 6º maior número de capitais regionais, relativamente às outras 11 redes.

TABELA 1 - DIMENSÃO DAS REDES DE PRIMEIRO NÍVEL

Redes de primeiro nível	Dimensão					
	Nº de capitais regionais	Nº de centros sub-regionais	Nº de centros de zona	Nº de municípios	População (2007)	Área (km²)
São Paulo	20	33	124	1028	51 020 582	2 279 108,45
Rio de Janeiro	5	15	25	264	20 750 595	137 811,66
Brasília	4	10	44	298	9 680 621	1 760 733,86
Manaus	1	2	4	72	3 480 028	1 617 427,98
Belém	3	11	10	161	7 686 082	1 389 659,23
Fortaleza	7	21	86	786	20 573 035	792 410,65
Recife	8	18	54	666	18 875 595	306 881,59
Salvador	6	16	41	486	16 335 288	589 229,74
Belo Horizonte	8	15	77	698	16 745 821	483 729,84
Curitiba	9	28	67	666	16 178 968	295 024,25
Porto Alegre	10	24	89	733	15 302 496	349 316,91
Goiânia	2	6	45	363	6 408 542	835 783,14

Fonte: IBGE, Contagem da População 2007; Área territorial oficial. Rio de Janeiro: IBGE, [2007]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm>. Acesso em: mar. 2008.

De forma geral, o padrão espacial da rede urbana de Fortaleza, como das demais redes urbanas das regiões do Norte e Nordeste, apresenta-se com distribuições bastante truncadas, no que diz respeito à ausência de níveis hierárquicos intermediários e a existência de um sistema primaz no qual a capital concentra a oferta de equipamentos e serviços, com poucas opções de centros de nível intermediário. Pode-se observar no espaço geográfico do Ceará que as opções de centros de nível intermediário são poucas, capitais regionais A e B estão ausentes devido a própria macrocefalia de Fortaleza, e existem apenas 2 capitais regionais C (Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha, Área de Concentração de População - ACP¹¹, e Sobral),

¹¹ As ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso

centralidades tradicionais na história do estado. Os demais centros da hierarquia urbana estão assim distribuídos: 3 centros sub-regionais A (Crateús, Quixadá e Iguatu); 1 centro sub-regional B (Itapipoca); 6 centros de zona A (Acaraú, Aracati, Canindé, Icó, Limoeiro do Norte e Russas); e 11 centros de zona B (Brejo Santo, Camocim, Cruz, Guaraciaba do Norte, Ipu, Iracema, Itapagé, Jaguaribe, São Benedito, Senador Pompeu e Tauá). Na figura 1 é possível comparar visualmente a rede urbana do Ceará entre 1987 e 2007. Nela observa-se claramente o reforço das interações espaciais de Fortaleza e das capitais regionais.

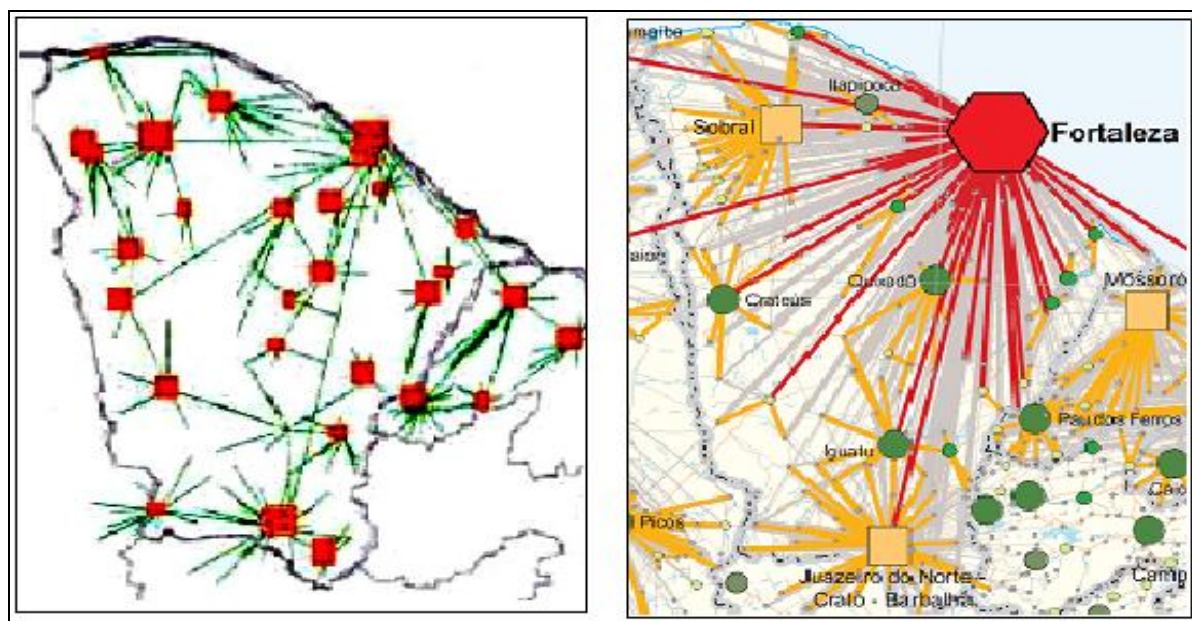


FIGURA 1. ESPAÇO GEOGRÁFICO DO CEARÁ: HIERARQUIA URBANA – 1993/2007

Fonte: REGIÕES... (2000; 2008)

4.1 Centralidade e interações espaciais

Entre os REGIC's, base de dados de 1987 e 2007, observa-se algumas alterações importantes nos níveis de centralidade na hierarquia da rede urbana do Ceará. Em 1987, no nível abaixo da metrópole existia uma classe vazia (centro submetropolitano) e haviam 4 cidades classificadas como capital regional (Sobral, Iguatu, Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha). Em 2007, apenas 3 cidades constituíam este nível (Sobral, Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha) e haviam duas classes vazias separando-as da metrópole, dando a idéia de aumento no nível de centralidade exercido pela metrópole: enquanto em 1978, havia apenas um nível hierárquico (centro submetropolitano) separando as referidas cidades, em 2007,

de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população. (REGIÕES..., 2008, p. 9)

havia dois níveis hierárquicos (Capital regional A e Capital regional B). Esta alteração está refletida nas interações espaciais. Enquanto em 1978 Fortaleza exercia interações espaciais diretas com 9 centros locais, em 2007, estas interações aumentaram para 36 centros locais. Nesse processo cidades perderam algum nível de centralidade e interações espaciais para Fortaleza transformando-se em centros locais a exemplo de Baturité e Cascavel.

Apesar das cidades de Sobral e Juazeiro-Crato-Barbalha manterem suas posições como capitais regionais observam-se duas direções diferentes em relação às suas interações espaciais. Sobral, em 1978, subordinava 1 centro subregional (Crateús), 8 centros de zona e 36 centros locais. Em 2007, passou a subordinar apenas 4 centros de zona e 34 centros locais. Por sua vez Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha, reduziu suas interações espaciais com centros de zona de 4 para 1 e aumentou com centros locais de 23 para 31. Interessa observar que 3 desses 4 centros de zona passaram a ser classificados em 2007 como centros locais subordinados a Juazeiro-Crato-Barbalha. No caso de Sobral, 3 centros de zona passaram a centros locais sob sua subordinação (Massapê, Santa Quitéria e Ubajara). Acaraú continuou centro de zona, mas agora subordinada a Fortaleza. Nova Russas passou de centro de zona para centro local subordinado por Crateús (centro regional), por sua vez subordinada agora a Fortaleza. Camocim, Ipú e São Benedito continuaram centro de zona subordinadas a Sobral que incorporou também Guaraciaba do Norte, que passou de centro local para centro de zona nesse período.

No nível hierárquico de centros subregionais observa-se um modesto aumento de cidades. Enquanto em 1978 existia apenas uma cidade (Crateús), em 2007, 4 cidades passaram a integrar esse nível (Crateús, Iguatu, Quixadá e Itapipoca), todos subordinados diretamente a Fortaleza. No entanto, houve uma redução nos centros de zona de 31 para 19 cidades e um substantivo aumento na quantidade de centros locais. Foram classificados 115 centros locais, em 1978, e 150, em 2007. Este aumento não se deve somente à criação de novos municípios, mas à perda de centralidade na hierarquia urbana de pelo menos 12 cidades que passaram a ser classificadas como centros locais, em 2007.

Os movimentos principais revelados pelas interações espaciais mostram: 1) reforço das funções urbanas de Sobral e Juazeiro-Crato-Barbalha, inclusive eliminando níveis hierárquicos de seu entorno; 2) reforço da centralização de Fortaleza, puxando cidades que anteriormente guardavam interações espaciais com outras centralidades, bem como rebaixando suas posições na hierarquia urbana; e 3) modesto aumento centros subregionais. Mas, os dados econômicos confirmam essa tendência? Que papel vem desempenhando as cidades de menor hierarquia na dinâmica econômica do Ceará?

4.2 Hierarquia urbana e dinâmica econômica

Entre 1970 e 2008, registrou-se um aumento na participação do PIB¹² do Nordeste em relação ao Brasil de 11,7% para 13,1%, sendo o Ceará o maior beneficiado entre os estados do Nordeste, ainda que sua participação absoluta seja pequena (1,4% para 2,0%). O destaque do Ceará é maior em termos do aumento da participação no PIB do Nordeste (12,3% para 15,1%), ainda que permaneça em 3º lugar, atrás da Bahia e Pernambuco, mas muito na frente dos demais estados nordestinos. Esta maior participação está refletida na dimensão na região de influência de Fortaleza para além do espaço geográfico do Ceará, como comentado anteriormente.

Em 1996, o Ceará já estava constituído por 184 municípios. De acordo com o REGIG 2007, 26 destes possuíam níveis de centralidade desde o maior nível, metrópole, até o penúltimo nível, centro de zona B, o que implica que apenas 14,1% de todas as cidades comandavam a rede urbana do espaço geográfico do Ceará, concentrando 64,2% do seu PIB. Se se considera apenas os níveis de centralidade com maior área de influência (metrópole, capital regional, centro subregional), este percentual cai para 5,0% dos municípios e representa uma participação no PIB estadual de 57,7%. Estes dados confirmam os resultados dos REGIG's analisados anteriormente. Porém, se faz necessário analisar mais alguns dados econômicos para se ter uma idéia da importância de cada nível da hierarquia urbana na dinâmica econômica do estado. Pois, enquanto os REGIG's mostram reforço das funções urbanas de Sobral e Juazeiro-Crato-Barbalha, inclusive eliminando níveis hierárquicos de seu entorno, e reforço da centralização de Fortaleza, puxando cidades que anteriormente guardavam interações espaciais com outras centralidades, bem como rebaixando suas posições na hierarquia urbana, os dados econômicos mostram relativa desconcentração em favor dos centros subregionais, centros de zona e centros locais.

O primeiro dado econômico é o PIB municipal, os dados cobrem o período de 1996 a 2008. Nesse período registrou-se uma redução importante da participação no PIB dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)¹³, em relação ao total de municípios do Ceará, de 74,8% para 64,1%. Mesmo com essa redução é importante observar que apenas 15 municípios de um total de 184 continuam concentrando 64,1% do PIB do Ceará (2008) e 54,8% da sua população urbana (2010). Incluindo os demais 25 municípios com alguma centralidade na hierarquia urbana (capital regional, centro subregional e centro de zona),

¹² PIB Estadual a preços constantes do IBGE (unidade: R\$ de 2000), pesquisado no Ipeadata.

¹³ Optou-se por utilizar a RMF ao invés de Fortaleza pelo entendimento de que esse conjunto representa um único centro de influência.

registra-se também uma redução na participação de 87,1% para 81,1%. Ou seja, nesse período, os centros locais (menor grau na hierarquia urbana) aumentaram sua participação no PIB estadual de 12,9% para 18,9%. Houve aumento na participação da população urbana (23,6% para 24,9%) e redução na participação da população rural (71,1% para 68,9%)¹⁴. Considerando além dos centros locais, os centros subregionais e os centros de zona, a desconcentração é muito mais expressiva, pois aumentaram suas participações no PIB estadual de 19,5% para 28,2%, na população urbana de 35,4% para 36,7%, e houve redução na participação da população rural de 91,4% para 90,0%.

O que é importante destacar é que a desconcentração ocorrida no PIB foi capturada em maior parte por centros com menor grau de polarização na hierarquia urbana: centros subregionais; centros de zona; e centros locais. Entre 1996 e 2008, o conjunto de centros com algum grau de hierarquia na rede urbana (metrópole, capital regional, centro subregional e centro de zona) teve reduzida sua participação em 6,0% do PIB estadual, o que implica que este percentual foi capturado pelos centros de menor grau na hierarquia urbana: os centros locais. Os municípios integrantes do nível capital regional aumentaram 2,0% na participação, mas os municípios integrantes dos níveis hierárquicos mais abaixo (centros subregionais e centros de zona), aumentaram sua participação em 2,7%. Logo, o conjunto de centros de menor nível na hierarquia urbana aumentou sua participação no PIB estadual em 8,7%. A participação de cada grupo pode ser visualizada na tabela 2.

Essa tendência de desconcentração em favor dos centros de menor nível na hierarquia urbana apresenta-se muito mais destacada no PIB por atividades. Entre 1996 e 2008, o centro de mais elevada hierarquia urbana (RMF) teve participação reduzida no PIB industrial em 12,2% (84,8% para 72,6%). As capitais regionais também tiveram redução em sua participação de 0,2%, mas os centros subregionais e os centros de zona em conjunto aumentaram sua participação em 4,3%. De modo geral, como houve redução na participação de todos estes centros em relação ao PIB industrial do estado de 8,1%, em favor dos centros locais, e de 4,3%, em favor dos centros subregionais e os centros de zona, a desconcentração no PIB industrial foi substantiva.

O mesmo se observa no PIB de serviços. Redução na participação do conjunto de centros de mais elevada hierarquia em 10,5% em favor dos centros locais. Em termos de grupos, houve redução na participação dos municípios da RMF de 17,0%, aumento da

¹⁴ Os dados de população se referem ao ano de 2010.

participação das capitais regionais de 3,0% e dos centros subregionais e centros de zona de 3,5%.

TABELA 2: PARTICIPAÇÃO DOS CENTROS DA HIERARQUIA URBANA DO CEARÁ (DADOS SELECIONADOS)

		RMF	CAP REG C	CEN SUB A, CEN SUB B, CEN ZONA A, CEN ZONA B	TOTAL	CEARÁ
Nº DE MUN.		15	4	21	40	184
PIB	1996	74,8	5,7	6,6	87,1	100,0
	2008	64,1	7,7	9,3	81,1	100,0
PIB AGR.	1996	10,1	3,0	21,6	34,6	100,0
	2008	8,2	2,1	24,7	35,0	100,0
PIB IND.	1996	84,8	8,1	2,8	95,8	100,0
	2008	72,6	7,9	7,1	87,7	100,0
PIB SER.	1996	80,5	5,2	5,8	91,5	100,0
	2008	63,5	8,2	9,4	81,1	100,0
EXP.	2003	67,8	10,1	10,1	88,0	100,0
	2008	59,7	12,6	12,9	85,2	100,0
REC TRIB.	2002	81,5	3,7	4,4	89,6	100,0
	2010	77,5	4,4	5,9	87,8	100,0
POP RES. URB.	1996	56,1	8,5	11,8	76,4	100,0
	2010	54,8	8,6	11,7	75,1	100,0
POP RES. RUR.	1996	5,5	3,1	20,3	28,9	100,0
	2010	6,7	3,3	21,1	31,1	100,0

Fonte: Ipeadata, Fimbra.

Considerando dados de exportações (2003 a 2008) como uma contraprova dos dados de PIB, observa-se a mesma tendência, porém com menor intensidade. Redução na participação da RMF, em 8,1%, aumento da participação das capitais regionais, em 2,5%, e dos centros subregionais e centros de zona, em 2,9%. Houve desconcentração em favor dos centros locais de 2,7%, somando este percentual com os centros subregionais e os centros de zona, a desconcentração foi de 5,6%. Por fim, um indicador de finanças municipais, a receita tributária, confirma a tendência em favor do aumento da participação dos centros subregionais, centros de zona e centros locais, em 3,3%, mais elevado que o aumento da participação das capitais regionais (0,7%) no total da receita tributária do estado. Portanto, a RMF teve reduzida a participação na receita tributária do estado, em 4,0%, sendo a maior parte absorvida pelos centros de menor nível na hierarquia urbana.

5 Conclusão

Há dois movimentos bastante nítidos na rede urbana do Ceará no período de 1978 a 2007. No primeiro movimento, que contempla o período de 1978 a 1993, observa-se um

aumento na centralidade e nas interações espaciais dos níveis intermediários da hierarquia urbana. O segundo movimento, referente ao período de 1993 a 2007, é representado pela inserção do Ceará nas novas formas de exploração da diversidade territorial resultantes da transformação do regime de acumulação capitalista em nível mundial¹⁵. As implicações dessa inserção na forma e função da rede urbana estão relacionadas à permanência e/ou reforço das polarizações tradicionais: 1) metrópole, por se beneficiar mais diretamente do processo de mundialização da economia; e 2) especialização crescente de cidades intermediárias.¹⁶ O Ceará é uma expressão desses processos: ampliação das interações espaciais de Fortaleza diretamente cidades antes subordinadas a outros centros; e crescente especialização de cidades intermediárias (Juazeiro do Norte, Crato e Sobral, calçados para exportação). Mas, esse movimento tem envolvido também centros de zona, a exemplo das cidades situadas nos vales úmidos do Jaguaribe e Acaraú (fruticultura de exportação), nas regiões serranas de Baturité e Meruoca (flores para exportação) e cidades como Aracati e Camocim (turismo). Movimento que tem contribuído para elevar o PIB per capita estadual. Entre 2000 e 2008, conforme dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), o PIB per capita do Ceará aumentou de R\$ 3.042,00 para R\$ 7.112,00.

As implicações do segundo movimento acima referido estão tornando mais complexa a rede urbana do espaço geográfico do Ceará, visto que uma nova dinâmica tem caracterizado uma parte das cidades de menor nível na hierarquia urbana. O que traz novos desafios para os estudiosos das questões urbano-regionais, tanto teóricas quanto empíricas, dada as novas formas de exploração da diversidade territorial resultantes da transformação do regime de acumulação capitalista. Por fim, explicita-se a limitação do REGIC, em captar a interconexão de processos econômicos, políticos, sociais e culturais, complementares e antagônicos, da qual resulta especificidades urbano-regionais com diferentes hierarquias e escalas que moldam e (des)integram territórios por meio de uma rede urbana cada vez mais mundializada e desigual. No caso específico do Ceará essas especificidades correspondem à importância dos níveis mais baixos da hierarquia no processo de desconcentração econômica em contraste com a manutenção dos centros tradicionais e da crescente polarização de Fortaleza registradas pelos REGIC's.

¹⁵ Para uma discussão dos impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1989-2008), ver Macedo (2010).

¹⁶ Egler (2001) mostra que esses processos são decorrentes da consolidação de cadeias produtivas transfronteiriças que fazem emergir uma nova formação territorial denominada por ele de Formação Territorial Urbano-financeira Supranacional. No Brasil, a partir de 1991-95, a orientação da atividade produtiva passou a responder de forma bastante significativa a uma estrutura de mercado que não está mais restrita às dimensões do território nacional.

6 Referências

- ABUT-EL-HAY, Jawdat. Classe, poder e administração pública no Ceará. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Org). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- ARAÚJO, Sergiano de Lima. Reestruturação socioespacial do território cearense. **Ateliê Geográfico**. Goiânia. V.4, nº 10, abr/2010.
- BONFIM, Washignton Luis de Souza. **Qual mudança? Os empresários e a Americanização do Ceará**. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto Universitário do Rio de Janeiro,- IUPERJ 1999.
- _____. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Org). **A era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de Camargo. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luis Antônio Alves (Org). **Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens do contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra: 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudo sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão para o Brasil. **Território**. Rio de Janeiro, ano V, nº 8, jan.jun., 2000.
- _____. **Região e organização espacial**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. **Trajetórias geográficas**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- _____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Rede urbana colonial cearense: uma crítica à noção de rede dendrítica. **Revista do Instituto do Ceará**. Fortaleza, 2006.
- DEMÉTRIO ANDRADE; Bruno, ARTUR. Os pecados capitais do Cambeba. In: BRUNO, Artur; FARIAS, Airton de; e DEMÉTRIO, Andrade. **Os pecados capitais do Cambeba**. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2002.
- DEMÉTRIO ANDRADE; Bruno, ARTUR. Os pecados capitais do Cambeba. In: BRUNO, Artur; FARIAS, Airton de; e DEMÉTRIO, Andrade. **Os pecados capitais do Cambeba**. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2002.
- EGLER, Claudio A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Geografia: conceitos e temas**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- _____. Subsídios à caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: configuração e dinâmica da rede urbana. Petrópolis: [s.n], 2001. Disponível em: <<http://www.laget.igeo.ufrj.br/egler/pdf/Redeur.pdf>>, acessado em julho de 2011.

- FARIAS, Airton de. A geração Cambéba. In: BRUNO, Artur; FARIAS, Airton de; e DEMÉTRIO, Andrade. **Os pecados capitais do Cambéba**. Fortaleza: Editora Expressão Gráfica, 2002.
- _____. História do Ceará: dos índios a geração Cambéba. Fortaleza: Tropical, 1997.
- GONDIM, Linda M. P. Os “Governos das mudanças” (1987-1994). In: **Uma nova história do Ceará**. Sousa Simone (Org.). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.
- _____. Os “governos das mudanças” no Ceará: social democracia ou populismo? In: **Reforma do Estado e democracia no Brasil: dilemas e perspectivas**. DINIZ, Eli; AZEVEDO Sérgio (Org.). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Comentários sobre os resultados do REGIC 2007. Curitiba: IPARDES, 2009.
- MACEDO, Fernando César de; LIMA JÚNIOR, Francisco do O’de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. Dinâmica regional, política econômica, evolução do emprego e rede urbana cearense no início do século XXI. XIV Encontro Nacional da ANPUR. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011.
- _____. Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1989-2008). Campinas: IE-UNICAMP, 2010. (Tese de Livre Docência)
- MORAIS, José Micaelson Lacerda. **Mudança institucional e desenvolvimento: uma abordagem institucional-evolucionária da política industrial do estado do ceará**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ (Tese de Doutorado), 2006.
- NETO, Clóvis Ramiro Jucá. Primórdios da rede urbana cearense. **Mercator**. Ano 08, nº 16, 2009.
- PIRES SOUZA, Fernando J. Transformações políticas e institucionais no Ceará: repercussões nas finanças públicas do estado. In: Encontro Nacional de Economia Política, 10, 2005, Campinas, **Anais...** São Paulo: SEP, 2005.
- PONTES, Paulo Araújo. **Política industrial no estado do ceará: uma análise do FDI-PROVIN, 1979-2002**. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará – CAEN/UFC), Universidade Federal do Ceará – CAEN, 2003.
- REGIÕES de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- REGIÕES de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- REGIÕES de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- ROCHA, Antônio Gláuter Teófilo. **Os governos aprendem, as políticas evoluem: fatores cognitivos e políticos moldando as políticas industriais da Bahia, do Ceará e de Pernambuco**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC, 2004.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- _____. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.